

LEI ORDINÁRIA Nº 65

de 19 de dezembro de 1990

DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO E SOBRE O QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

*EDWINO RAIMUNDO SCHULTZ, Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, no
uso de suas atribuições Legais, Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL
aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:*

TÍTULO I. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Capítulo I. DOS OBJETIVOS DO ESTATUTO

Art. 1º..

A presente Lei organiza o Magistério Público Municipal de 1º Grau, estrutura os níveis e classes de acordo com a Lei Federal nº 5692/71 e estabelece o regime jurídico do pessoal do Magistério Público vinculador à Administração de Chapadão do Sul.

TÍTULO II. DA ESTRUTURAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Capítulo I. DO QUADRO DO MAGISTÉRIO

Art. 2º..

Para os efeitos desta Lei, entende-se por pessoal do Magistério o conjunto de servidores que atuam nas unidades Escolares e os demais Órgãos da Educação.

- Docentes*
- Administradores*
- Especialistas*

1°.

Por atividade de Magistério, entende-se aquelas atividades inerentes à Educação, docentes e não docentes.

2°.

Por Professor entende-se o ocupante do cargo de docência ou regência de classe, habilitado.

3°.

Por Regente Auxiliar o docente não habilitado.

4°.

Por Administrador o Diretor da Escola.

5°.

Por Especialista, entende-se o membro do Magistério que possui qualificação específica em Curso Superior, Administrador, Supervisor, Inspetor, Orientador Educacional e outros.

6°.

A competência do pessoal do Magistério decorrerá das disposições já fixadas em Leis Estaduais e Federais e Regulamentos vigentes.

Capítulo II. DO MAGISTÉRIO COMO PROFISSÃO

Art. 3°..

A classificação de cargos do Magistério se fará de acordo com a natureza das tarefas a serem desempenhadas a habilitação e o tempo de serviço, associados à efetiva experiência no exercício de atividades do Magistério.

TÍTULO III. DO REGIME FUNCIONAL

Capítulo I. DO INGRESSO NO QUADRO

Art. 4°..

Os cargos do Magistério serão providos inicialmente segundo o regime jurídico desta Lei:

1°.

A nomeação se dará mediante Concurso Público de provas e títulos, regulamentado por Lei Municipal.

2°.

Só poderão se inscrever em Concurso Público os candidatos de comprovante de Curso Pedagógico.

Art. 5°..

A contratação de docente não habilitados será efetuada mediante prova de seleção, elaborada de acordo com as normas baixadas pela Administração Municipal.

Art. 6°..

Os cargos de Magistério serão providos de acordo com o número de vagas criadas por Lei Municipal e condizentes com as necessidades da Rede Municipal de Ensino.

Art. 7°..

Os cargos de Magistério deverão ser criados por Lei Municipal.

Capítulo II. DO PROVIMENTO DERIVADO

Art. 8°..

Outras formas de provimento do cargo serão:

a).

Outras formas de provimento do cargo serão:

b).

Transferência - passagem de um a outro cargo do Magistério;

c).

Reintegração - volta do Funcionário já desligado;

d).

Aproveitamento - reingresso do servidor em disponibilidade;

e).

Reversão - reingresso do servidor aposentado, quando insubsistirem os motivos da aposentadoria e havendo interesse do Ensino;

f).

Readaptação - provimento em cargo mais compatíveis com a capacidade física ou intelectual do servidor;

g).

Substituição - quando o titular do cargo se licencia ou ausenta-se por mais de 15 dias. Este é um provimento temporário;

h).

Elevação de classe por tempo de serviço e merecimento;

i).

Elevação de nível mediante Diploma e histórico Escolar;

j).

Substituição por Concurso interno.

Art. 9º..

O acesso é também uma forma de provimento, por derivação vertical, promoção ou elevação funcional.

Parágrafo único. .

O servidor do Magistério terá à promoção à classe imediatamente superior desde que seja efetivo e apresente comprovante de mérito, tempo e habilitação.

Capítulo IV. DA PROGRESSÃO HORIZONTAL

Art. 10.

A progressão horizontal ou transferência é outra forma de provimento derivado, só possível ao candidato nomeado.

Parágrafo único. .

Esse tipo de derivação consiste na passagem do servidor de um a outro cargo, dentro da mesma classe, sem elevação funcional.

TÍTULO IV.

Capítulo I. DA POSSE E DO EXERCÍCIO

Art. 11.

Entende-se por posse o ato de aceitação do cargo e o compromisso firmado de bem servir.

Art. 12.

O candidato nomeado tomará posse do cargo e estará vinculado ao serviço Público.

1º.

O prazo para a tomada de posse é de 15 dias a contar da data da nomeação.

2º.

O prazo para o exercício é de 08 dias após a tomada de posse.

Art. 13.

Ao candidato contrato se dará exercício imediatamente após a convocação.

Parágrafo único. .

O candidato contratado, não habilitado, será dispensado em caso de apresentação de candidato melhor qualificado ou habilitado.

Capítulo II. DA MOVIMENTAÇÃO

Art. 14.

O servidor do Magistério poderá ser removido de uma à outra Escola Municipal, se for nomeado ou efetivo:

a).

a pedido, quando conviver ao servidor;

b).

ex-offício, por ato do Prefeito e conveniência do Ensino.

Parágrafo único. .

O servidor contratado não poderá ser removido. Será tomado sem efeito o Contrato atual e feito novo Contrato.

Art. 15.

As remoções a pedido, ou os novos Contratos deverão ser solicitados com antecedência de dois meses ao período de férias e só serão atendidos nesse período, tendo-se em vista o rendimento Escolar.

Art. 16.

Outro tipo de movimentação dos servidores é a permuta. Consiste na deslocação de serviço, a pedido, por dois servidores ocupantes do mesmo cargo, por conveniência própria e assentimento da Administração Municipal.

TÍTULO V. DO REGIME DE TRABALHO

Capítulo I. DO REGIME BÁSICO

Art. 17.

A carga horária do pessoal do Magistério obedecerá os seguintes regimes de trabalho. Regular: 20 horas semanais em turno único.

Parágrafo único. .

A partir da 5ª série haverá o regime de hora/aula.

Capítulo II. DO REGIME ESPECIAL

Art. 18.

Entende-se por regime especial o de 40 horas semanais em dois horários e Classes diferentes .

Parágrafo único. .

O regime especial, nos termos do artigo será adotado na falta de regente para o provimento do cargo ou a critério da Administração Municipal.

TÍTULO VI. DOS DIREITOS E DEVERES

Capítulo I. DOS DIREITOS

Art. 19.

Uma vez admitido no Quadro do Magistério Público Municipal, o servidor será assegurado por Lei os direitos que a própria Constituição da República assegura ao servidor Público:

- Férias regulamentares;*
- Licença remuneradas por motivo de saúde;*
- Licença por acidente de trabalho;*
- Licença gestante;*
- Para acompanhamento de tratamento de saúde;*
- Afastamento por motivo de luto e casamento;*
- Repouso semanal;*
- Aposentadoria.*

Art. 20.

Além desses direitos conferir-se-á ao servidor:

a).

vencimento ou salário, compatível com os dispositivos da Constituição Federal;

b).

abono familiar;

c). *abono por tempo de trabalho ou serviço;*

d).

gratificação por exercício em local de difícil acesso.

Parágrafo único. .

Os dispositivos deste artigo serão regulamentados pela Administração Municipal.

Capítulo II. DOS DEVERES

Art. 21.

Esta Lei define como deveres dos docentes e demais servidores do Magistério Municipal.

- Assiduidade;*
- Pontualidade;*
- Disciplina;*
- Eficiência.*

Parágrafo único. .

Além desses requisitos o servidor do Magistério deverá conduzir o seu trabalho, com vistas ao alcance dos objetivos da Educação.

Capítulo III. DO APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

Art. 22.

O ocupante de cargo de Magistério Municipal, deverá participar de Estágios e Cursos de Treinamento, providos, pela Administração Municipal ou por programas Especiais que atuam no Município.

Parágrafo único. .

A frequência a esses Cursos deverá ser considerado como estratégia de crescimento profissional do Professor e do Regente Auxiliar e requisito necessário e indispensável à apuração do mérito para promoção.

Art. 23.

É dever inerente ao ocupante do cargo do Magistério diligenciar seu constante aperfeiçoamento profissional e cultural.

TÍTULO VII.

Capítulo I. DAS VANTAGENS

Art. 24.

Além do vencimento mensal o Professor fará jus às seguintes vantagens:

a).

Quinquênio a cada período de cinco anos de efetivo serviço, como adicional;

b).

Abono quinzenal após completar quinze anos de efetivo exercício;

c).

Férias prêmio ou licença prêmio a cada interstício de 10 anos de efetivo exercício;

d).

Abono familiar por filho menor e por filho maior estudante.

Capítulo II. DOS INCENTIVOS

Art. 25.

Considera-se como incentivos, gratificações específicas, como:

- regência de classe em locais de difícil acesso;*
- regência de classe da alfabetização;*
- outros, segundo a realidade e a política educacional definida na Administração Municipal.*

TÍTULO VIII.

DA APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE

Capítulo I. DA APOSENTADORIA

Art. 26.

Entende-se por aposentadoria a passagem do Funcionário ou do empregado, da atividade para a inatividade remunerada, mediante afastamento definitivo do cargo.

Art. 27.

A aposentadoria poderá acontecer:

a). *por invalidez;*

b). *compulsória;*

c).

por tempo de serviço.

1°.

A aposentadoria por invalidez se dá quando comprovada a incapacidade do servidor para o exercício do cargo por problemas de saúde.

2°.

A aposentadoria compulsória se dá quando o servidor e segundo os dispositivos Constitucionais.

3°.

A aposentadoria por tempo de serviço se dá a pedido do servidor e segundo os dispositivos Constitucionais.

Art. 28.

A disponibilidade pode ser remunerada ou não.

1°.

A remuneração do servidor em disponibilidade dá-se o nome proventos.

2°.

A remuneração do servidor disponível será feita proporcionalmente ao tempo de serviço.

TÍTULO IX. DA DIREÇÃO DA ESCOLA

Capítulo I. DO DIRETOR

Art. 29.

A Escola terá um Diretor se o número de classes exceder a cinco.

Parágrafo único. . O Diretor será nomeado em Comissão.

Art. 30.

A Escola terá um Supervisor Escolar, um Orientador Educacional e um Inspetor Escolar, se o número de classe exceder a dez.

Art. 31.

A convocação para o cargo de Diretor obedecerá o artigo 92 da Lei Orgânica e os dispositivos do artigo da Lei nº 5692/71.

Capítulo II. DO AUXILIAR DE DIREÇÃO

Art. 32.

Será criado o cargo de Auxiliar de Supervisão nas Escolas cujo número de classes exceder a dez.

Art. 33.

Será criado o cargo de Secretária Administrativa para o Magistério.

**TÍTULO X. DO REGIME DISCIPLINAR
DAS SANÇÕES**

Art. 34.

Entende-se por sanções as penalidades impostas ao servidor que transgride as normas estabelecidas.

1º.

Estas penalidades estão estabelecidas no Estatuto dos Funcionários Públicos do Município e na Constituição e se constituem em:

- repreensão;*
- suspensão;*
- rescisão de contrato;*
- demissão;*

2º.

A verificação do cumprimento dessas normas será efetuada pelo servidor próprio da Secretaria da Educação Municipal.

3º.

A aplicação dessas penalidades será regulamentada pela Administração Municipal e segundo as normas constitucionais.

TÍTULO XI. DO QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Art. 35.

Entende-se por Quadro de Classificação de Cargos o instrumento ou norma que dispõe a Administração dos recursos Humanos do Magistério Municipal.

Art. 36.

O Quadro de Classificação de Cargos tem a finalidade de:

a).

promover a profissionalização do pessoal do Magistério.

b). *estabelecer a prática salarial dos servidores do Magistério Municipal.*

c).

embasar a institucionalização de um sistema de treinamento dos servidores do Magistério.

d).

incentivar a criatividade individual dos servidores com vistas ao melhor desempenho do serviço Educacional.

TÍTULO XII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 37.

Os atuais ocupantes dos cargos de Magistério Municipal não serão prejudicados por nenhum dispositivos exarado nesta Lei.

Art. 38.

As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à custa das verbas destinadas à Educação no Orçamento Municipal e celebração de Convênios, se for o caso.

Art. 39.

Dispositivos desta Lei terão regulamentação própria desde que necessário.

Art. 40.

A implantação desta Lei, a critério do Poder Executivo e em função das possibilidades financeiras do Município, poderá ocorrer de forma gradativa, ficando a cargo da Administração Municipal a sua execução e cabendo ao Serviço de Educação Municipal baixar as instruções que se façam necessárias e de sua competência.

Art. 41.

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

*GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, AOS 19 (DEZENOVE) DIAS DO MÊS
DE DEZEMBRO DE 1990, (UM MIL NOVECENTOS E NOVENTA).*

EDWINO RAIMUNDO SCHULTZPREFEITO MUNICIPAL

Lei Ordinária Nº 65/1990 - 19 de dezembro de 1990

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em